

DOI: 10.18468/pracs.2017v10n1.p69-96

Empreender a cultura: o *tipo* e ação do homem *cordial* na política pública amapaense, a partir de *Raízes do Brasil*

Fátima Lucia Carrera Guedes¹

¹ Doutoranda no PPGCS/UFRN/CCHLA, Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília, Bacharel em Ciências Sociais pela União das Escolas Superiores do Pará. Professora efetivo da Universidade Federal do Amapá, Brasil. E-mail: faguedan@uol.com.br

RESUMO: A exposição e a discussão transcorrerão, metodologicamente, numa análise relacional e comparativa entre (e sobre) os fazedores e produtores culturais do Amapá à luz do ensaio de Sérgio Buarque de Holanda¹, *Raízes do Brasil* e seus *tipos ideais* weberianos. É interesse entender a ação daqueles agentes sociais e políticos enquanto condutores do comportamento e atitude de herança ibérica *cordial* e sua relação político-institucional no campo da política pública cultural no Estado do Amapá. A análise discute, a partir de uma ruptura com o homem *cordial*, a atitude empreendedora e as possibilidades de usá-la como instrumento de dinamização do setor público objetivando responder as demandas e insatisfação da sociedade frente à ineficiência do Estado.

Palavras-chave: Ação Empreendedora. Empreendedorismo. Política Pública.

Cultural Entrepreneur: the *type* and action of the *friendly* man in Amapá public policy, from *Brazil Roots*

ABSTRACT: The exhibition and discussion will elapse, methodologically, a relational and comparative analysis of (and on) the Amapá cultural producers and doers on perspective of Sérgio Buarque de Holanda essay, *Roots of Brazil* and its weberian *ideal types*. It is interest to understand the action of those social and political agents as behavior of drivers and attitude of friendly 'Iberian heritage' and its political-institutional relationship in the field of cultural public policy in the state of Amapá. The analysis discusses, from a break with the friendly man, entrepreneurial attitude and the possibilities of using it as a dynamic instrument of the public sector aiming to meet the demands and dissatisfaction from society to state inefficiency.

Keywords: Entrepreneurial Action. Entrepreneurship. Public Policy.

INTRODUÇÃO

Percebendo na atitude de empreender uma prática que consideramos apropriada e aplicável a qualquer atividade humana- pública ou privada, pessoal ou coletiva- e promotora de resultados pragmáticos, advogamos que ela deva ser debatida na

¹ Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, assenta seu raciocínio sociológico à luz da teoria weberiana. Nasceu em São Paulo, em 1902 e faleceu em 1982. Depois de lecionar em várias escolas superiores, tornou-se, em 1956, catedrático de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. É também autor de, entre outros, *Cobra de vidro* (1944), *Caminhos e fronteiras* (1956; Companhia das Letras, 1994), *Visão do paraíso* (1958), *Livro dos prefácios* (Companhia das Letras, 1996) e *O espírito e a letra* (Companhia das Letras, 1996). (HOLANDA, 1995).

perspectiva e possibilidade de se tornar instrumento comportamental e ser usada na intervenção e desenvolvimento social, econômico e cultural por todos os atores sociais, de forma individual ou coletiva que, neste caso, são os fazedores e produtores culturais amapaenses envolvidos na arena política do campo cultural. Para este trabalho, a ‘ação’ empreendedora estará sendo debatida e relacionada com a trajetória histórica de formação do homem brasileiro a partir da visão que Sérgio Buarque de Holanda expressou em *Raízes do Brasil*. Ao nosso entendimento, é onde a particular atitude de empreender poderia ter-se formado e, nessa trajetória encontramos explicações que justificam algumas ausências, tais como da atitude empreendedora no homem brasileiro-amapaense. Trata-se, metodologicamente, de uma observação empírica sobre o amapaense com base no ensaio *Raízes do Brasil* partir do qual se pode efetuar uma análise relacional e comparativa. Primeiro tecendo breve elucidação sobre a perspectiva que trataremos o empreendedorismo. Em segundo, apresentando considerações sobre o universo amapaense. Em terceiro, expondo em quais situações percebemos que *Raízes do Brasil* responde o porquê da dificuldade do brasileiro-amapaense empreender, mostrando questões culturais de formação do povo brasileiro e, dentro destas, apresentaremos a relação entre a ‘necessidade’ de empreender (do homem *cordial* brasileiro-amapaense) *versus* a ‘oportunidade’ de empreender (do perfil empreendedor do protestante nórdico)—uma relação que mostra a incompatibilidade e distinção entre os dois perfis –, sendo que no primeiro perfil se encontra a postura política do cidadão amapaense que em âmbito institucional apresenta a feição dos *tipos* de *Raízes do Brasil*. Por fim, teceremos considerações não esgotadas sobre o tema.

1 RETIRANDO (PRÉ) CONCEITOS, QUEBRANDO TABUS E ADENTRANDO NA SOCIOLOGIA: DE QUAL EMPREENDEDORISMO TRATAMOS AQUI?

De nada ou muito pouco importaria investigar o empreendedorismo na Sociologia se não estivéssemos diante do crescente processo de exclusão social em todo o mundo, agravado pelas inúmeras crises econômicas globais e, da evidente incapacidade dos governos para, isoladamente, lidar com as grandes questões sociais e resolvê-las. É nesse contexto que o empreendedorismo social emerge como proposta dentre várias outras de enfrentamento à pobreza e até mesmo como o resultado conjunto de inúmeros fatores, tais como o declínio dos níveis de emprego e a apologia ao autoemprego; a ascendência da ideologia neoliberal que prega a redução do Estado; o aprofundamento do processo de globalização e o acirramento da competição capitalista; o avanço na organização da sociedade civil e a maior pressão pelo ‘empoderamento’ de segmentos sociais excluídos e regiões marginalizadas (BOSE, 2012, p.35).

Até recentemente a construção conceitual do empreendedorismo e suas definições teóricas tiveram um percurso iniciado pelas Ciências Humanas Aplicadas (Administração) e um debate dentro da Teoria Econômica neoclássica. Avançando agrega a

Psicologia e seu estado da arte atual consiste em outras perspectivas de análise alcançadas sobre o fenômeno nos últimos anos – o que não invalida recorrermos às bases teóricas mais tradicionais das Ciências Sociais, como a de Max Weber que, embora não estivesse se referindo diretamente ao tema empreendedorismo, a referida ‘ação’ empreendedora está contemplada nos seus estudos sobre cultura onde, numa perspectiva comportamental, Weber (1982 apud SOUZA, 2008, p. 7) “identificou o sistema de valores como um elemento fundamental para a explicação da atitude empreendedora...” e a pessoa que lidera a atitude de empreender “é visto não só como inovador, mas, também, como líder capaz de exercer uma fonte de autoridade formal” (WEBER, 1982 apud SOUZA, 2008, p. 7; DANTAS, 2003, p. 93).

Talvez pretenciosa, de nossa parte, mas a intenção é de começar a retirar a carga valorativa imputada ao tema empreendedorismo dentro da Sociologia que, equivocadamente, o enjaula num entendimento economicista. Como relata Dornelas (2011, p. 20):

No final do século XIX e início do século XX, os empreendedores foram frequentemente confundidos (o que ocorre até os dias atuais) sendo analisados meramente de um ponto de vista econômico, como aqueles que organizam a empresa, pagam empregados, planejam, dirigem e controlam as ações desenvolvidas na organização, mas sempre a serviço do capitalista.

Entendemos o fenômeno do empreendedorismo como uma rica e nova oportunidade das Ciências Sociais em geral descobrirem na perspectiva de um processo onde novas relações sociais são travadas no contexto histórico contemporâneo e, por insurgência de condições peculiares a esta contemporaneidade que, dentre outras, se encontram na expansão e na consolidação das atividades de serviços e na deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho, na redução dos empregos regulamentados e na elevação do patamar das taxas de desemprego (MONTALI, 2003, p. 125).

A administração pública, face ao reconhecimento de sua baixa efetividade, vem buscando reajustar-se aos novos tempos e, sob as influências da *New Public Management* (NPM) tem procurado um modelo de gestão com práticas que satisfaçam a demanda pública por promoção de reformas necessárias exitosas (SOUZA; PAIVA JR., 2012, p. 21) e que, como afirmam Alford e Hughes (2008 apud SOUZA; PAIVA JR., 2012, p. 21) “...que valorizam o pragmatismo do valor público na administração pública”². O empreendedorismo no setor público vem sendo investigado e, sendo tema controverso, há correntes favoráveis e contrárias, mas também possibilidade de seu emprego com resultados interessantes, inclusive no Brasil, tal como nos mostra o estudo de caso³ da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Por mais que ainda sem um

² “O sentido do termo **valor público** está atrelado a algo que é consumido coletivamente pelo cidadão e não individualmente pelos clientes” (SOUZA; PAIVA JR., 2012, p. 21, grifo nosso).

³ Esse estudo de caso se encontra publicado em livro e é denominado *Empreendedorismo no setor público: a*

consenso definitivo do empreendedorismo no setor público, as pesquisas nos ajudarão e, especialmente os órgãos de intervenção governamental devem estar atentos aos desafios de encarar o emergente fenômeno enquanto processo que vincula novas pessoas e atividades economicamente inovadoras (SOUZA; PAIVA JR., 2012, p. 22-23).

O esforço é o de compreender a atividade empreendedora do ponto de vista da ideia de modos, práticas e fazeres; bem como de fundamentar a “ação social empreendedora” na perspectiva de seu uso enquanto ferramenta e/ou estratégia (dinamizadora de ambientes, instituições, relações institucionais) de intervenção social, inclusive, da arena política às políticas públicas em todo seu *policy cycle*. É nosso interesse específico a observação do campo cultural no Amapá e a política pública que a concebe e, ambas dentro da perspectiva de ‘ação’ social empreendedora. Ou seja, debater a possibilidade dos fazedores e produtores de cultura no Estado terem uma postura mais dinâmica – do ponto de vista de suas atitudes e de ações públicas, pois, quem sabe, como diz Casaqui (2013, p. 867), “[...] dentro do atual contexto de crise econômico, social e política, a prática de empreender surja como alternativa à falência do Estado de Bem-Estar Social, de modo que venha ser pensada para diminuir as disparidades sociais”.

Mas, antes, do debate é necessário esclarecer que para o entendimento do trabalho, concebemos ‘fazedores de cultura’ na concepção estabelecida como “aquisição sistemática da experiência humana” a qual Paulo Freire (1980, p. 108-109 apud OZOWSKI, 2015, p. 99-100, grifo nosso) entende:

[...] todos letrados ou iletrados, são **fazedores de cultura**, criam e recriam condições que os tornam sujeitos críticos, respondendo pela reflexão-ação-reflexão à curiosidade epistemológica. É assim que a vida vai sendo criada e recriada por homens e mulheres que aceitam e respondem ao desafio, alterando e dominando continuamente a natureza, dinamizando e humanizando sua realidade, enfim acrescentando algo a ela de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura.

E, particularmente, definimos para este trabalho o entendimento de que ‘produtores culturais’ são aqueles (indivíduo ou equipe) estabelecidos ou situados em uma relação de ‘não-criação’ com determinado bem cultural (material e imaterial) e, sim, aqueles que processam atividades institucionais pertinentes à cultura, fazem sua gestão no setor público, sendo o caso dos funcionários públicos e gestores na função.

Ao leitor mais distanciado, a seguir, uma idéia geral da realidade no extremo norte do Brasil na intenção de poder acompanhar a análise relacional e comparativa, entre

dinâmica da Fundação Joaquim Nabuco, de autoria de Jefferson Lindbergh de Souza e Fernando Gomes de Paiva Jr. Neste os autores relatam que, impactada com a reforma administrativa de 2003, a Fundaj foi induzida a um processo de ações empreendedoras na sua administração que rendeu resultados positivos a partir de um feito de modelo híbrido entre práticas burocráticas e gerenciais – consideradas pelos pesquisadores como práticas de cunho empreendedor.

o Amapá e os tipos ideais de *Raízes do Brasil*, trazidos como tipicidade de um povo.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O UNIVERSO AMAPAENSE

O Amapá até 1942 pertenceu ao Estado do Pará e se desmembrou para se tornar um Território Federal (Decreto lei nº 5212 13/09/1942), sob a administração direta do Governo Federal e, mais exatamente sob o controle militar, pois se trata de uma região fronteira (POULET, 1997, p. 16 apud DANTAS, 2003, p.34). Assim permaneceu até 1988, quando passou a ser Estado. No período de 1950 a 1980, a população do Amapá era constituída basicamente por uma população de negros e brancos, que chegaram a terras amapaenses trazidas pela empresa colonial no período da capitania do Grão-Pará (SALLES, 2004 apud SILVA, 2014), por paraenses (sobretudo de cidades próximas), e, em menor número, de nordestinos e orientais, estes oriundos principalmente do Líbano e da Arábia, os quais têm uma atuação destacada como comerciantes. Quanto à ideia base reinante na população, Silva (2014, p. 3) argumenta que:

[...] fomentou-se entre a população algumas ideias e valores que supostamente formariam a ideologia do ser amapaense. Os aspectos principais dessa ideologia eram: a vida sossegada em razão do baixo nível de violência na cidade, o reconhecimento e valorização das famílias consideradas tradicionais, a ocupação dos postos do serviço público por “amapaenses” sem competição, tendo em vista que isso se dava através do clientelismo e do apadrinhamento, e uma sociabilidade instaurada pelas relações de parentesco, de vizinhança e de amizade.

Com relação ao comportamento empreendedor da população, historicamente, excetuando-se algumas iniciativas mais pontuais e restritas ao âmbito local, o estado do Amapá não tem a tradição de um perfil empreendedor, dentro da perspectiva teórica econômica neoclássica. Segundo menciona Dantas (2003), pelo menos no que diz respeito à iniciativa de pioneirismo, vanguarda e pró-ativismo com visão de futuro em termos de iniciativas de negócios que tenham sido concebidas e realizadas de forma, intencionalmente, racionalizada. A atividade empreendedora de maior relevância e impacto econômico e social no Estado do Amapá veio de iniciativa externa e privada e, se restringiu a duas regiões específicas que são a região da Serra do Navio/AP e a de Santana/AP com o projeto de exploração mineral⁴ do manganês da Indústria e Comércio de Minérios S.A.(ICOMI) onde, a mesma, assentou sua base propriamente em solo amapaense. Até o momento e, sob hipótese, cremos numa de-

⁴[...] já no séc. XX, em 1934, tem-se a descoberta dos depósitos de manganês no vale do Araguari/Serra do Navio e que mais tarde, em 1957, resultará na instalação da mina de manganês, implantada pela empresa multinacional Indústria e Comércio de Minérios S.A – ICOMI - que se instala no Estado para início da exploração do manganês, por 50 anos, em regime exclusivo de exportação para abastecimento e reserva do mercado americano e europeu. (DANTAS, 2003, p.34)

terminada influência do comportamento empreendedor deixado pela empresa nesta região. De qualquer modo, percebe-se que é uma influência de caráter exógeno, dado os padrões culturais serem da cultura norte-americana. E ainda, tal via de influência ocorre e se constitui sobre uma parcela mínima da população total do Estado - de funcionários no grupo que denominamos 'população de entorno' ou 'agregados' (filhos de funcionários, pessoas da convivência destes e sob suas influências) onde se instalou a sede da empresa (DANTAS, 2003) - e, portanto, aí reside a justificativa de não se configurar um perfil padrão de comportamento dos indivíduos, em geral, amapaenses.

O Amapá é um dos mais novos estados da federação, pois foi criado com a Constituição de 1988 e implantado efetivamente a partir de 1991. Trata-se de um estado cuja maioria da população é constituída de migrantes. Com a implantação da estrutura política e administrativa do estado – e uma sistemática oferta de empregos através de concursos públicos – e das áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana houve um acelerado crescimento da migração em direção ao estado, em busca de oportunidades de trabalho (SILVA, 2014, p. 2). Até meados de 1994, o predomínio do poder político no Estado do Amapá esteve concentrado nas mãos de tradicionais grupos e partidos de elite que, ainda, por tradição paternalista-populista governaram o Amapá sob a égide “do clientelismo e do apadrinhamento, e uma sociabilidade instaurada pelas relações de parentesco, de vizinhança e de amizade” (SILVA, 2014, p. 3) – anteriormente, enquanto Território Federal do Amapá, sob tutela do Governo Federal) de um crescimento econômico à revelia de qualquer princípio que considerasse a realidade sociocultural e ambiental local. Sobre este último se consegue ter uma noção do estilo de desenvolvimento que regia a política de desenvolvimento do Estado, através do fato mensurado por Observatório Social (2003, p. 4) com relação ao maior empreendimento em terras amapaenses:

Tratou-se de associação efetivada ainda nos anos 50 do século passado e que ensejou, no decorrer de sua operação, a utilização de técnicas e práticas ambientais hoje julgadas como prejudiciais e as quais legaram passivos ambientais que necessitam ser mensurados.

Assim, pela ausência de uma economia de concepção local fortalecida – seja pela indústria, comércio ou agricultura familiar –, no Amapá, predomina até os dias atuais a “cultura do contracheque” vinculado à atividade do funcionalismo público, embora, hoje, em menor proporção frente aos trinta anos passados. A sociedade brasileira, como outros países da América Latina, teve o seu processo de desenvolvimento orientado por um paradigma que Dolabela (1999, p. 11) denomina de “síndrome do empregado”⁵. Esse fato importa, aqui, pois se relaciona com um *tipo* (weberiano) de

⁵ “[...] também poderia ser chamada de ‘síndrome da dependência’, e é usado por este autor para caracterizar aquele profissional que “[...] depende de alguém que crie um trabalho para ele” É um profissional que, mesmo conhecendo uma dada tecnologia, é incapaz de perceber com clareza a sua aplicação. É um profissional

comportamento, contrário ao espírito nórdico racional, que entendemos se manifestar na realidade amapaense, o qual analisaremos à luz de *Raízes do Brasil*⁶.

Acredita-se que, enquanto instrumento ou estratégia de ação, o empreendedorismo possa conduzir ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riquezas e benefícios para a sociedade, especialmente em nível local e é neste sentido que se encontra o vínculo do comprometimento do empreendedorismo com a promoção da cidadania e do desenvolvimento social. Uma cidadania que precisa romper laços paternalistas que, no Amapá, pelo fato da demora em tornar-se ente federado e constituído retardou o processo de construção e fortalecimento da cidadania e da democracia concomitante ao momento do restante do Brasil. Se trata de uma cidadania que, segundo Dowbor (1993, p. 108), reflete-se na afirmativa que diz: “A comunidade não precisa que o governo a substitua, resolvendo os seus problemas, e sim que lhe sejam dados os instrumentos da transformação [...]. É uma dimensão da cidadania que deve ser cuidada, ou restaurada”.

Entendemos necessário estabelecer novos paradigmas frente ao que está posto e tido como “natural” e, assim, dominar alguns conceitos, teoricamente; assim como conjecturar algumas possibilidades e hipóteses. Considerando a ‘ação empreendedora’ como ferramenta de intervenção para promoção de mudanças, dentre outras possíveis, não seria ela que possibilitaria o alcance de uma política pública de cultura mais democrática, onde tivesse vez a(s) voz(es) de caráter associativo, participativo, inclusivo e de gestão compartilhada, na qual as decisões ocorram a partir de setores da sociedade civil organizada e demandas coletivas e, a partir da cooperação e parceria entre os agentes locais? Pergunta ainda sem resposta que se encerre aqui, mas calculamos ter sido acertada a direção tomada pelo ‘fazer política pública de cultura’ no Plano Nacional de Cultura (PNC) implantado a partir de 2003 – se o mesmo não for desvirtuado de sua essência democrática possibilitada pela ampliação da definição do conceito de cultura, descentralizada de poder e, integradora em sua concepção e princípios⁷. Estabelecer o processo na práxis requer um esforço processual - pois estamos falando de mudanças de lógica, como exemplifica Dantas (2003, p. 159) em dissertação:

Falar de cooperativismo empreendedor autogestionário numa sociedade marcada por valores de uma economia clássica assentada no assalariamento – mas em crise do trabalho (BOCAYUVA, 2001, p. 92) –, é sugerir um novo paradigma a velhos processos. Segundo Mance (2002, p. 187), “... o pro-

sem capacidade de interpretar o mercado e identificar oportunidades, diferentemente do profissional empreendedor. (DOLABELA, 1999b, p. 20 apud DANTAS, 2003, p. 97).

⁶ O ensaio de Sérgio Buarque de Holanda nos apresenta com detalhamento de características alguns modos, práticas e atitudes comportamentais do homem brasileiro que, mesmo estando classificado como um *tipo ideal* nos remete a lembranças do comportamento do homem amapaense.

⁷ Referimo-nos, neste aspecto, aos rumos tomados pela política nacional brasileira e seus desdobramentos, especificamente, àqueles direcionados ao campo cultural neste primeiro semestre de 2016 - dentre outros fatos, a tentativa de extinção do Ministério da Cultura.

cesso de implantação de um modelo autogestionário não pode ser a criação de uma microcultura para nós mesmos, e sim um profundo processo de mudanças.

Há quem já elabore reflexões nessa perspectiva e direção:

Vivemos em um país de cultura estatista. A maioria pensa que as assim chamadas “políticas de desenvolvimento” são uma responsabilidade exclusiva do Estado. Entretanto, ao observarmos experiências bem sucedidas de desenvolvimento, descobrimos que na maioria dos casos existe um elevado nível de cooperação e parceria entre Estado, Mercado (entendido aqui como o conjunto dos agentes econômicos) e Sociedade (entendida aqui como o conjunto das organizações sociais, de todo tipo) (PAULA, 2005, p. 5).

Trata-se este de um incitamento que leve a sociedade a pensar em possibilidades, alternativas e mudança de comportamento face às dificuldades de respostas, por parte do Estado, às demandas sociais em geral. É muito recente a experiência de construção e participação social-democrática (bem como trabalhoso pensar todos os conceitos e processos que estão embutidos nela) na sociedade brasileira, tradicionalmente originária de um processo exploratório que perdurou 500 anos sob a égide doutra lógica que não é esta a qual defendemos. A história contribui para reforçar determinados preconceitos contra qualquer novo processo com caráter de mudança estrutural. Por muito tempo o Estado teve como principal papel econômico o de “provedor das condições gerais da produção, que tomava para si a responsabilidade de produzir serviços essenciais considerados de interesse público”, garantindo desse modo o desenvolvimento (NEDER, 2002, p. 138). Continuando, o autor argumenta que:

[...] o Estado moderno deve, acima de tudo, e para além de suas funções tradicionais (justiça, polícia, defesa, etc.), suscitar e favorecer a parceria entre os atores econômicos e sociais sejam governamentais, sejam empresariais, sejam civis não-governamentais, nos entrelagos de diferentes níveis territoriais: municipal, nacional, por blocos ou instâncias de coordenação em sociedades regionais e locais.(NEDER, 2002, p. 138).

Entretanto, a realidade no Amapá é pouco estimável mesmo que na função de provedor somente das necessidades mais básicas. Necessita deixar a cultura do clientelismo, das resoluções dos problemas em perspectiva imediatista e de curto-prazo e partir para uma ação de descentralização das ações, em que a gestão de “parte dos recursos públicos são diretamente administrados pelas organizações comunitárias” (DOWBOR, 1993, p. 108-109). É um processo que necessita ser racionalizado e transformado, abandonando o fardo cultural (ainda no ideário local) de ex-Território Federal. Somente nos últimos vinte anos, no campo cultural, se iniciaram manifestações associativas mais vigorosas no sentido organizativo; algumas das iniciativas com a-

poio institucionalizado⁸ do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/AP e, mais recentemente, a ocorrência da ação de coletivos de fazedores e produtores culturais, especialmente, encorajados pelas duas últimas gestões do Governo Federal com a Política Nacional de Cultura Viva, através do esforço de incluir toda a diversidade de práticas, saberes e vivências no campo cultural.

3 RAÍZES DO BRASIL RESPONDE O PORQUÊ DA DIFICULDADE DO BRASILEIRO-AMAPAENSE EMPREENDER

Foi na necessidade de entender comportamentos e atitudes de pessoas que intervindo na realidade e seus movimentos diversos vem dando cabo dos problemas da vida em sociedade (ou seja, vem empreendendo) que encontramos na obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda⁹, tipos opostos ao perfil empreendedor que no ajudarão no esclarecimento sobre a existência ou ausência de empreendedorismo no brasileiro-amapaense. Publicado originalmente em 1936 *Raízes do Brasil* é considerada pela literatura especializada uma referência obrigatória para se compreender o imaginário político-ideológico que se instituiu no País, a respeito do caráter de nosso processo civilizador e no qual se assenta nossa própria historicidade.

A preocupação deste trabalho foi o estabelecimento do nexos relacional entre uma suposta condição empreendedora (ou a negação desta condição) no comportamento/atitude dos fazedores e produtores culturais do Amapá, porém, destes, enquanto agentes políticos da história estabelecidos dentro de uma relação entre Estado e sociedade. Interessante que, tal qual a nossa preocupação, essa foi também a preocupação que encontramos no preâmbulo do artigo científico denominado *O mal-entendido da democracia*, de Leopoldo Waizbort (2011). Neste o autor fala da perspectiva de análise e do nexos encontrado entre a estrutura da personalidade e a estrutura social que SBH tomou nesta obra e que é o nosso interesse entender:

[...] é uma perspectiva de análise que procura conjugar estrutura de personalidade e estrutura social. O segredo, claro está, é o “conjugar”; uma questão central – que, contudo, talvez não faculte uma resposta definitiva – é ganhar clareza com respeito às relações que se estabelecem entre estrutura da personalidade e da sociedade. (WAIZBORT, 2011, p. 40).

⁸Nesta iniciativa foram considerados os esforços associativos de constituição dos grupos: de Marabaixo e Batuque – manifestações da tradição cultural afrodescendente e das áreas remanescentes de quilombos; das associações de artistas plásticos, da literatura e da música. Resumidamente: “...o PROJETO EMPREENDEDORISMO CULTURAL [...] se constitui uma proposta de promover a/o cultura/comportamento empreendedor no setor cultural do Estado, de forma participativa e por meio de parcerias, prezando pela criação, formação e desenvolvimento de uma atitude pró-ativa nos produtores culturais locais, incluindo os segmentos de música, teatro, dança, artes plásticas, literatura e etnias (manifestações folclóricas), preferencialmente nas áreas urbanas, mas com extensão aos municípios do estado” (RELATÓRIO, 2005, grifo nosso).

⁹A partir deste ponto usaremos ‘SBH’ para nos referirmos a Sérgio Buarque de Holanda, exceto quando o nome estiver em citação.

E, Waizbort prossegue:

Tendo por base esse nexos, o problema desdobra-se na compreensão das transformações da estrutura da personalidade e das transformações da estrutura da sociedade, o que significa adentrar, em sentido enfático, em uma discussão histórico-sociológica (pois que modelada e modulada em um enquadramento sociológico, que busca fundamentação em argumento e desenvolvimento históricos). (WAIZBORT, 2011, p. 40).

Entre os fazedores e produtores culturais amapaenses e o *tipo cordial* exposto em *Raízes do Brasil*, podemos dizer que além do nexos relacional acima exposto, pelo menos, mais dois motivos justificam essa imersão analítica na qual iremos nos ater. O primeiro motivo está relacionado à questão de optarmos por uma explicação endógena — e o olhar de SBH traz essa conotação - de nosso processo histórico de formação social para, a partir dele entender o comportamento/atitude dos “fazedores” e dos ‘produtores’ (gestores públicos) culturais na relação institucional na qual, ambos estão diretamente ligados por serem parte constitutiva (agentes sujeitos-objeto) de um sistema de relações e inter-relações de poder, quase sempre assimétricas, onde o resultado das mesmas se apresentou até recentemente enquanto tipicidade de uma política pública, cremos. Pois, se lembrarmos que numa das linhas de investigação em análise de políticas públicas há uma corrente que prevê exatamente esse poder determinístico de políticas passadas intervirem nas políticas ulteriores, observamos que faz sentido atentarmos para a história-institucional, como lembram Taylor e Hall (2003 apud FLEXOR; LEITE, 2006, p. 8)

[...] os adeptos do institucionalismo histórico tentaram explicar como as instituições produzem esses trajetos, vale dizer, como elas estruturam a resposta de uma dada nação a novos desafios. Os primeiros teóricos enfatizaram o modo como as ‘capacidades do Estado’ e as ‘políticas herdadas’ existentes estruturam as decisões ulteriores. Outros insistem no modo pelo qual as políticas adotadas no passado condicionam as políticas ulteriores, ao encorajarem as forças sociais a se organizar segundo certas orientações de preferência a outras, a adotar identidades particulares, ou a desenvolver interesses em políticas cujo abandono envolveria um risco eleitoral. Em numerosos casos esses teóricos insistem em especial nas conseqüências imprevistas de instituições existentes e das insuficiências que elas produzem.

A percepção que buscamos ter, sob o prisma desta primeira motivação, é histórica e, desejosamente na perspectiva que o próprio SBH a concebeu: num caráter dinâmico e de movimento, com objetivação e experiência de vivência, no qual refuta toda e qualquer visão positivista — o positivismo, para SBH, despreza os condicionamentos históricos concretos e particulares — que, aliás, predominavam na época em que es-

creveu *Raízes do Brasil*. Como ele mesmo afiançaria, em 1976, em entrevista¹⁰ à Revista Veja: “A história não é prisão ao passado. Ela é mudança, é movimento, é transformação” (CARVALHO, 2013, p. 14). Se tratando de políticas públicas um aspecto importante da dimensão temporal e histórica da formulação e implementação das políticas públicas, é percebermos que as instituições compõem parâmetros históricos essenciais, estruturando uma trajetória que afeta o conjunto de opções de políticas públicas possíveis (FLEXOR; LEITE, 2006, p. 8)

Ou seja, tratou-se, aqui, de optar pela tentativa de compreensão da cultura brasileira(ou, por que não ser mais incisivo, dizer, da cultura amapaense?!), a qual esse homem brasileiro-amapaense, na vivência, se formou. Pois, numa menção a Dilthey¹¹, Ortega y Gasset (1996, p. 233 apud CARVALHO, 2013, p. 20) dizem que “É em torno da vida que gira todo o ruído exterior à história. [...]. E é neste mundo espiritual que se movimenta em nós de maneira criadora, e somente nele, que a vida possui seu valor, seu fim e sua significação”. A citação nos traz uma orientação metodológica, a partir da filosofia de Dilthey, sobre a compreensão como base do fundamento do método histórico: “Para Dilthey, a explicação (Eklärung) é operação específica das ciências naturais, enquanto **o procedimento básico das ciências humanas é a compreensão (Verstehen)** das manifestações da vida” (CARVALHO, 2013, p.19, grifo nosso), nos remetendo olhar para a singularidade da experiência brasileira em seu próprio ritmo – em outras palavras, tentar compreender o movimento da história brasileira (e amapaense) a partir dela própria.

O segundo motivo para *Raízes do Brasil* se tornar nossa referência de análise é, particularmente, porque além dela ter sido construída à luz da teoria weberiana e seu *tipo ideal* que metodologicamente nos aclara questões comportamentais sobre a ação do indivíduo, a obra incorpora o pensamento de Weber no tocante direto ao escopo sociológico da fundamentação temática do empreendedorismo, fator nos faz crer que *Raízes do Brasil* contém a lógica de raciocínio mais adequado à elucidação do fenômeno empreendedorismo na perspectiva aqui estudada. Dessa junção entre compreensão das mentalidades e atitudes e, os fatos econômicos e políticos ocorridos no cotidiano da sociedade é que SBH entende que a história se engendra. Segundo Cavalcanti Júnior; Silva; Costa (2010, p. 52),

Considerando Sérgio Buarque em seu contexto histórico, percebemos ainda que ao mesmo tempo em que ele trabalhava com as mentalidades, também trabalhava com o econômico. Para ele, a combinação entre a vida material e as atitudes mentais influenciam decisivamente a história dos homens.

Estudar o pensamento de SBH em *Raízes do Brasil* é em parte e, concomitante-

¹⁰ Ver HOLANDA, S. B. A democracia é difícil. Entrevista com Sérgio Buarque de Holanda (1976). In: Sérgio Buarque de Holanda. Org. Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009 (Encontros), p. 84-93.

¹¹ Ver ORTEGA Y GASSET, J. Sobre la razón histórica. Alianza editorial, Madrid (1996, p. 233).

mente, se deparar com conceitos e definições da teoria de Weber e, mais especificamente, do que este pesquisou sobre a vida dentro do capitalismo. Portanto, se o fenômeno empreendedorismo, em seu início, esteve ligado a uma teoria e mentalidade econômica capitalista — teorizada por Weber —, não seria possível também afirmar que *Raízes do Brasil* é um dos caminhos para se estudar o empreendedorismo brasileiro? Arriscamos que sim, pelo menos, no que tange a compreensão do perfil do homem brasileiro e sua formação. Weber, através de SBH, vem corroborar para que tenhamos um referencial teórico clássico na análise do povo brasileiro. Em que pese às críticas estamos especificamente dentro da Sociologia¹², falando de empreendedorismo. Não se trata aqui de produzir um estudo de Weber ou de SBH, mas sim de entender atitudes individuais/grupais e institucionalizadas no campo cultural no Amapá e, expô-lo nos seus caracteres e particularidades, empreendedor ou não — mas, sempre considerando que em *Raízes do Brasil* temos história buarquina, teoria e metodologia sociológica weberiana, tudo de mãos dadas a suportar as relações de correspondência que encontramos e, outras nem tanto.

É uma tentativa de enxergar em que pontos ou aspectos, hoje, essas particularidades de atitudes, mentalidade, comportamento e ação do homem brasileiro-amapaense ainda se assemelham, se distanciam ou encontram correspondência nos elementos, nos fatos e raciocínios trabalhados por SBH, além de se constituir um esforço para que este se torne um diálogo permanente entre estes três pontos de importância e convergência ao tema. Isso parece significar, por um lado, a necessidade de estudar e compreender o comportamento do homem brasileiro-amapaense e sua formação cultural, político e econômica; por outro lado — e, não vamos negar o intento pragmático de ver consolidado uma mentalidade empreendedora nos agentes (todos) dentro do campo cultural —, o estudo vem nos embalar uma esperança de se confirmar, através de mais estudos e pesquisas ainda em andamento nesta área que o comportamento empreendedor possa se constituir um, dentre outros, possível instrumento de contribuição e alternativa de intervenção na sociedade e promover mudanças (de mentalidade, de atitude, de cultura política), seja pelo lado dos ‘fazedores’ e dos ‘produtores’ culturais.

4 DAS QUESTÕES CULTURAIS DO POVO BRASILEIRO-AMAPAENSE

Na exposição que SBH faz à formação social da cultura do homem brasileiro, encontramos pontos a serem dialogados com a cultura local do Amapá. Na crítica de nossa origem colonial lusitana, a primeira ideia apresentada por SBH, em *Raízes do Brasil*, é exemplar:

¹²Mais particularmente da Sociologia das Organizações ou Sociologia Organizacional que, segundo Chiavenato (2003, p. 321) é “a área da sociologia que se encarrega do estudo das organizações”.

Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambientes muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (HOLANDA, 1995, p. 31).

A conseqüente mentalidade herdada pelo brasileiro de toda essa história é o que explica as atitudes percebidas no cotidiano político, social, cultural da vida destes fazedores e produtores culturais e, as características das relações institucionalizadas no 'fazer política'. Se for verdade que há, como pano de fundo e lema de toda e qualquer política pública setorizada de Estado, uma mentalidade vigente que a ordena, dentro da opção e lógica de uma determinada gestão pública, então há nela (em maior ou menor grau de hegemonia) uma representação de um projeto político maior, de estado, de nação.

Como nos diz Buarque (2002, p. 93 apud Dantas, 2003, p. 73):

Estado – é a instância jurídico-política que sintetiza o jogo de interesses e poderes dos atores sociais, em conflito e cooperação, consolidando e expressando uma estrutura de poder na sociedade (...). Portanto os órgãos públicos, vinculados ao Estado em diferentes áreas de intervenção (e diferentes instâncias), atuam, normalmente, com a racionalidade técnica, incorporando a visão de governo nos segmentos específicos de atuação e a visão política dominante em cada momento.

Isso não é novidade, porém é importante dizer que dentro da afirmativa acima, queremos saber mais sobre essa mentalidade norteadora do povo brasileiro, afinal é ela que persistirá ordenando, até recentemente, o projeto político de Brasil. Ora, se queremos compreender, hoje, a construção da política de cultura do Amapá considerando a história de nossa formação originária brasileira, então SBH responde essa necessidade, pois segundo alega Ribeiro (2004, p. 2) "A relevância da sua análise, nos tempos atuais, é maior com relação à compreensão da construção desse projeto político, do que como uma obra de cunho histórico". Ou seja, os modelos de análise do processo histórico brasileiro, de SBH são, antes de tudo, modelos de interpretação e de explicação do Brasil produzidos num momento muito particular. Diríamos de (re)fundação do estado brasileiro, com bases abertamente elitistas e autoritárias que se gestam a partir dos anos vinte e, sobretudo pós trinta. Tudo isto aliada a uma gradativa ascensão das massas urbanas que reclamavam por uma reinterpretação de nossa identidade. Para SBH, naquele complexo momento social, político e econômico que envolvia a realidade nacional do final da década de 20 – final da República Velha e início da Nova ou Era Vargas –, era fundamental a compreensão da formação da sociedade brasileira, pois os problemas que eram presentes, naquele momento, estavam vinculados a um passado que era preciso conhecer.

Analisando a obra de SBH, Cavalcanti Júnior; Silva; Costa (2010, p. 53) declaram:

[...] o conhecimento do passado deveria nos fundamentar de uma forma crítica para tratarmos os problemas do presente. Nesse sentido, a história deveria contribuir para que o presente se desvinculasse do passado, pois era importante que o Brasil se livrasse de suas raízes ibéricas.

O fato é que a tradição autoritária e patrimonial brasileira, apesar de seu discurso liberalizante, nunca vislumbrou a possibilidade da emancipação e autonomia dos indivíduos, como observamos na própria interpretação de SBH. Este é um dos aspectos, visivelmente, predominantes em nossa cultura até a atualidade. Toda essa situação nos chega como legado de nossas raízes ibéricas. Se nos remetermos às características das relações predominantes, até recentemente, no Amapá, a interpretação de SBH nos possibilita pensar que a dependência ao mando, por parte daqueles que seriam os possíveis agentes orquestradores de sua própria história (os fazedores e os produtores de cultura do Amapá), pode ser caracterizada como uma atitude de acomodação e conivência entre mandantes (funcionários, gestores públicos) e os próprios mandados (fazedores e produtores culturais) – e, a acomodação é uma atitude que nada tem de concordante com o perfil empreendedor que, ao contrário, é movido pela atitude de mudança, comandando o processo no qual se arrisca a intervir. “Um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (FILION apud DOLABELA, 1999, p. 28; DANTAS, 2003, p. 93). Tal atitude (acomodação) também pouco tem qualquer relação com uma “ética protestante”¹³.

A correlação do homem *cordial* de *Raízes do Brasil* e o servidor público¹⁴ da atualidade é ilustrada em SBH, sob a égide do princípio político a seguir:

A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência (HOLLANDA, 1995, p. 39).

Em absoluta oposição, refletindo a partir de Weber, o que foi herdado foi essa característica cultural patrimonialista trazida dos povos ibéricos e que influenciou o homem brasileiro, segundo Bartz (2010, p.285):

¹³ “Empregamos a expressão ‘ética protestante’ no sentido de aproximar nossa delimitação ao que Max Weber (2004, original 1904) chamou de “ethos” com afinidade eletiva com a racionalidade capitalista moderna. A noção de ‘espírito’, que Weber utiliza entre aspas, ao se referir ao capitalismo, tem relação com um ethos, uma forma de o protestante ascético agir no mundo, principalmente, os trabalhados pelo calvinismo. Mostramos que *Raízes do Brasil* confronta nossa tradição cultural ibérica a este ‘ethos’ protestante, isto é, ao conjunto que forma a racionalidade do protestantismo ascético: a ação conduzida de ‘dentro para fora’, a ética do trabalho, a capacidade organizacional por associação e a impessoalidade nas relações sociais” (BARTZ, 2010, p. 277).

¹⁴Referimo-nos, aqui, aquele que é objeto de investigação neste estudo enquanto agente (condutor de determinado comportamento/atitude) no processo de gestão pública cultural no Amapá.

Em *Raízes do Brasil*, o estudo da ética das burocracias do Estado liberal brasileiro é um de seus temas mais significativos. Com base nas categorias weberianas, Sérgio Buarque (1936, p. 100) observa que as posições públicas no Brasil eram ocupadas por funcionários patrimoniais. O autor avalia que inexistia um corpo de funcionários regulado por interesses objetivos e impessoais, características que, afinal, deveriam ser o norte da composição do Estado burocrático liberal. Dessa forma, encontramos, no conceito de patrimonialismo, a indistinção entre o público e o privado. Os cargos públicos no Brasil, retomando o conceito de patrimonialismo cunhado por Max Weber (1994, p. 238-241), acabam sendo uma continuação do privado e dos interesses pessoais dos indivíduos que os presidem. Marcando em termos weberianos, tínhamos um Estado patrimonial, em que as “considerações pessoais” eram mais importantes na atribuição de cargos do que a própria competência técnica, a preponderância da “individualidade” mais do que a “competência” garantindo aos próprios funcionários “a possibilidade de subtrair-se a regras externas, excetuando-se as do senhor, e exercer seu poder como um poder pessoalmente concedido” (MONTEIRO, 1999, p. 192 apud BARTZ, 2010, p. 285).

É no ‘homem cordial’, de *Raízes do Brasil*, que SBH formula sua análise psicológica e histórica social da experiência brasileira, e sintetiza seu processo civilizador. Neste conceito está embutida a forma complacente com que se deu a formação do estado brasileiro, a passagem do rural para o urbano e a constituição da esfera pública. Neste processo não foram produzidas regras gerais e transparentes – fato que permitiu se engendrar uma dissimulação. Segundo Cardoso (1993, p. 29 apud RIBEIRO, 2004, p. 5) “A igualdade, nessa formação brasileira, transformou-se numa concessão pessoal, não um direito transparente do outro”. Em suma, a cordialidade traz como sinônimo a complacência no processo civilizador brasileiro e, ambos estão em oposição à civilidade, as atitudes mais urbanas e cosmopolitas. Tudo, no brasileiro-amapaense está em contraposição à ‘ética protestante’.

4.1 A PERFORMANCE QUE TRANSPARECE NO AMAPÁ

Com base nisto, numa comparação, o servidor público da atualidade as nossas vistas têm a feição do ‘trabalhador-aventureiro’ a quem SBH se refere, pelo menos num entendimento inicial. É nesse servidor público com sua mentalidade torpe, vulnerável e corruptível frente às ofertas de prestígio pessoal que está asilado o tipo brasileiro de *Raízes do Brasil*. Neste, subsiste, interiorizado um trabalho onde predomina a ausência de caráter e moral. Um trabalho que se mantém distante da disciplina e organização assentadas em força interior, em critérios racionais internalizados em si mesmo (como prediz a *Ética Protestante*), desinteressados e solidários. A mentalidade predominante do homem brasileiro está representada, na obra, nos tipos ‘traba-

lhador e aventureiro'¹⁵/ 'semeador e ladrilhador', resultando no "homem cordial". Este se veste da ideia de fidalguia e nobreza, num personalismo característico do povo ibérico – onde trabalho de ganho fácil, a colheita sem plantio e o ócio são muito mais aprazíveis e valorizados que o trabalho por "esforço humilde, anônimo e desinteressado" (HOLANDA, 1995, p. 39).

Tendo nesta ética a sua base, não é estranho que uma política pública engendrada nestas condições de mentalidade possa ter racionalidade – na percepção de Weber – e, possa ser representada por uma autoridade gestora democrática – na percepção de SBH. Também é improvável de se constituir, a partir desta ética, uma gestão compartilhada como defendemos no início deste texto. Ao contrário, nesse universo, o poder de mando político vem do externo/de fora e ganha feições autoritária e ditatorial. Tampouco pode se esperar que o indivíduo representado, aqui, como o fazedor e o produtor cultural, possa estar absorvido por uma moral diferente, uma vez que esta é uma ética constitutiva da consciência coletiva, é institucionalizada¹⁶.

Há uma estreita afinidade e correlação direta com a questão da mentalidade apresentada por SBH em *Raízes do Brasil* e, desta, com a questão do paradigma na linguagem empreendedora, pois ambos dizem respeito às visões de mundo dos indivíduos nas sociedades. Aquela "síndrome do empregado"¹⁷ (DOLABELA, 1999, p. 11) – pouco exigente com relação à escolaridade e qualificação profissional e outras habilidades e comportamentos, se estiverem ausentes, acabam por fazer muita diferença no resultado final de uma determinada atividade executada, pois uma percepção limitada do mundo reduz a chance de um "alargamento do âmbito da percepção social [...] o que restringe as potencialidades críticas e inconformistas dos agentes humanos em face as suas situações de existência" (DURKHEIM, 2001, p.13). Ou seja, numa reduzida visão de mundo não cabe a lógica do desenvolvimento enquanto ampliação das liberdades e práticas democrática. Esta lógica de trabalho está longe de gerar solidariedade, coesão e organização social. Acaba, sim, promovendo uma falta de organização no convívio social, pois é uma relação de interesse particularista, antiassociativo e antigremista e, ocorre apenas por motivo o qual entendemos escuso do ponto de vista do interesse da coletividade.

Segundo relata Holanda (1995, p. 39), "A bem dizer, essa solidariedade, entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico e entre amigos". Lembrando Durkheim, se é que nesse aspec-

¹⁵ Segundo Holanda (1995, p. 44), "Já nas sociedades rudimentares manifestam-se eles [...] na distinção fundamental entre os povos caçadores ou coletores e os povos lavradores", respectivamente.

¹⁶ "pode-se chamar instituição toda crença, todo comportamento instituído pela coletividade, sem desnaturar o sentido da expressão; sociologia seria então definida como a ciência das instituições, de sua gênese e de seu funcionamento" (DURKHEIM, 1978, p. 9 apud MARTES, 2010, p. 258)

¹⁷ Também poderia ser chamada de '*síndrome da dependência*', e é usado por este autor para caracterizar aquele profissional que "depende de alguém que crie um trabalho para ele". É um profissional que, mesmo conhecendo uma dada tecnologia, é incapaz de perceber com clareza a sua aplicação. É um profissional sem capacidade de interpretar o mercado e identificar oportunidades, diferentemente do profissional empreendedor (DOLABELA, 1999, p. 20).

to há alguma solidariedade (e, esta seria por conveniência e agrado) predominante, em nossa gente, a qual SBH se refere, ela é condicionada ao tempo determinado pelo benefício a ganhar¹⁸. Há, ainda, quem advogue uma característica anômica de nosso povo, advinda, exatamente, da ideia de origem imperfeita (de herança ibérica) que:

[...] seria a base de nosso caráter anômico, de uma sociedade formada a partir de padrões normativos fracos ou inexistentes. A exaltação do prestígio pessoal como regra de relacionamento social e de poder, em detrimento do princípio da hierarquia e do mérito. Uma frouxidão social marcada por elementos anárquicos (RIBEIRO, 2004, p. 4)

Por isso, observa SBH, “A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno” (HOLANDA, 1995, p. 33), pois onde há particularismos, dificilmente haverá lugar para ações coletivas. Essa anarquia que predominará em nossa formação social e política é herança da hierarquia social frágil dos portugueses, que haviam tido uma experiência oposta à dos povos protestantes:

Foi essa mentalidade, justamente, que se tornou o maior óbice, entre eles [os iberos] ao espírito de organização espontânea, tão característica dos povos protestantes, e sobretudo de calvinistas. Porque, na verdade, as doutrinas que apregoam o livre arbítrio e a responsabilidade pessoal são tudo, menos favorecedoras da associação entre os homens (HOLANDA, 1995, p. 37).

Em se tratando de gestão pública, tal vinculação de sentimentos pessoais nas relações reforça o caráter indistinto entre o que é público e o que é privado, desvirtuando o caráter da impessoalidade que deve predominar na política pública e, promovendo um *modus operandi* no trato da coisa pública que vai se contemporizando.

Sendo o aspecto da *visão de mundo* estudado no empreendedorismo e, ainda que estejamos tratando da esfera pública, ele se junta aos aspectos relatados por SBH em *Raízes do Brasil* e, assim ambos irão compor nesta análise o conjunto moral de argumentos que embasam a lógica de trabalho do povo brasileiro. Por inúmeros estudos publicados, vemos que, conceitualmente, empreender não é mais uma atividade restrita a lógica econômica e de prerrogativa da iniciativa privada, pois “passou a englobar o Terceiro Setor e a Administração Pública; não mais circunscreve o espaço da inovação, mas também das mudanças adaptativas” (MARTES, 2010, p. 254-255).

Retomando o universo amapaense há uma dificuldade de organização para iniciativas coletivizadas, associativas e de esforço cooperado que predominou até por volta da década de 90¹⁹. O que se percebe, naquele momento, é uma sociedade com baixo

¹⁸ Uma vez que está assentada em contingências particulares, afetivas, sentimentais e de conveniências – e este caráter particular e individualista é tipicamente das sociedades modernas nas quais predomina a divisão do trabalho, onde as consciências tornam-se independentes, dificilmente com intento associativo.

¹⁹ Fato que calha com o tempo em que o Amapá passa da condição de Território Federal para a de Estado, ten-

poder organizativo e de caráter comunitária, pouco empenho em ações coletivas em quaisquer tipos de atividades de cunho laboral, formal e/ou que envolva compromisso – embora que, contrariamente e, com exceção, essa atitude cooperativa e associativa ocorra ao contento com relação àquelas atividades de caráter festivo, informais e sem exigências e compromissos afixados previamente²⁰. Estas, sim, os resultados tomam uma fluidez e desenvoltura considerável nos grupos e comunidades de modo geral e, especialmente nas comunidades mais tradicionais.

Pela visão de Holanda (1995, p. 32), “Em terras onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”. Pela observação sobre o Amapá, a referida ‘força [...] temida’ que identificamos se manifesta no considerável desempenho na própria satisfação pessoal por festividades, por coisas descompromissadas com a formalidade ou oficialidade ou, comprometidas apenas, e somente, com o próprio dono da ação - uma espécie de autocompromisso. Ou de outro modo, podemos dizer que os comportamentos dos agentes históricos, produtores, de ‘qualquer coisa’ e não somente de arte e cultura, se pautam no estabelecimento de relações pessoais, seja para assumir “X” função administrativa num setor do governo – com remuneração avantajada; seja para se tornar o artista protagonista de alguma atividade cultural lúdica e de entretenimento – com cachê ‘gordo’; seja para conseguir o andamento rápido de um processo numa organização qualquer – com retorno/benefício lucrativo em qualquer sentido. Percebe-se que, ao final das ações, sempre há uma ou mais vantagem/benefício a tornar-se apropriada “naturalmente” pelo condutor da iniciativa/ação. Este é, a nosso ver, um exemplo vivo da exaltação do prestígio pessoal como regra de relacionamento social e de poder “Uma frouxidão social marcada por elementos anárquicos” (HOLANDA, 1995, p. 33). Ou seja, não se tem critérios e normas que conduzam as ações ou, se elas existem, são exatamente assentadas na desordem – e irracionalidade se pensarmos por uma lógica weberiana de burocracia. Nisto também se estabelecem relações de poder.

Se esse feitio foi real no passado do Brasil de algum modo ele continua resistindo no presente das relações político-institucionais do Amapá - que nem deixou a lógica do passado e, se debate para ‘se encontrar’ no ambiente de um Estado com exigências de racionalidade burocrática contemporâneo. Como relata Candido (1995, p. 18-19):

Os modelos políticos do passado continuam como sobrevivência, pois antes se adequavam à estrutura rural e agora não encontram apoio na base eco-

do, consequentemente que assumir outra postura política de planejamento e administração pública, frente aos novos desafios de desenvolvimento. Ou seja, outra mentalidade agora lhe é exigida. E, juntamente com esse fato, em 1997, a ICOMI encerra suas atividades na Serra do Navio – o que irá, por outro lado, promover novas conformações na economia local.

²⁰ Essa é uma afirmação que nos permitimos fazer com base num aspecto constitutivo de um outro estudo que vem sendo pesquisado por esta autora.

nômica [...] cria-se então um impasse, que é resolvido pela mera substituição dos governos ou pela confecção de leis formalmente perfeitas.

A burocracia, um importante conceito para o entendimento das organizações, nos ajudam a entender o papel dos atores dentro do sistema de relações aqui em debate, a política no campo cultural, pois o conceito weberiano de burocracia é resultante da concepção weberiana de autoridade legal onde seu exercício “está relacionado com o cargo ocupado pelo funcionário, o que implica em sua subordinação a uma ordem impessoal para a qual orienta suas ações, enquanto funcionário” (OLIVEIRA, 1970, p. 48-49). Então, a burocracia

[...] designa, em Weber, um quadro de funcionários que, organizados dentro de uma forma específica e submetidos a normas de conduta também específicas e determinadas, exercem autoridade legal. A burocracia, conforme visualizada e descrita por Weber é um tipo ideal de organização que, provavelmente não encontra réplica na realidade, mas funciona como importante modelo de análise sociológica e política nas pesquisas se no desenvolvimento da teoria das organizações e, por consequência, no estudo e na formulação da teoria administrativa (OLIVEIRA, 1970, p. 47).

Daí a teoria weberiana nos assentam a responder que as relações políticas estabelecidas nas instituições públicas amapaenses preservam, em maior ou menor grau, as relações de compadrio, parentesco e personalismo do passado. Se essa é a relação predominante, como será o futuro? A ruptura sugerida em *Raízes do Brasil* parece ainda não ter sido possível no Amapá. Ainda é desejável a intervenção. No aspecto da ruptura, Silveira (2001, p. 6) diz: “Como a quer Sérgio Buarque de Holanda em *Nossa Revolução*, [...] deve ser cautelosa, uma vez que o autor nos previne sobre as saídas caudilhescas, tipicamente latino americanas. [...] seria preciso vencer-se, definitivamente a “antítese liberalismo-caudilhismo.”²¹

Mas, de que tipo é a “probabilidade” de existência de uma intervenção? Nas palavras de SBH, pode-se adiantar que:

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país inde-

²¹Grosso modo, é o exercício do poder político caracterizado pelo agrupamento de uma comunidade em torno do caudilho – figura que exerce uma liderança de forma carismática que, geralmente é ligada a setores militares e de grandes fazendeiros. O caudilhismo se apresenta como forma de exercício de poder divergente à democracia representativa; porém seu líder nem sempre são ditadores, podendo por vezes exercer forte liderança autocrática e carismática, mas mantendo formalmente a normal democracia. Na América Latina, geralmente, assumem o poder via golpe de Estado. (Wikipédia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Caudilhismo>> Acesso em: 02 jul. 2016).

pendente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar (HOLANDA, 1995, p. 180).

Continua sendo esta questão um instigante objeto de investigação a ser, sugestivamente, abordado a partir do marco cultural da implantação, em Macapá, da Lei do Sistema Municipal de Cultura – já aprovada pela Câmara de Vereadores de Macapá e, hoje²², encaminhada para ser sancionada.

4.2 COMPARANDO OS TIPOS DE RAÍZES DO BRASIL E DO AMAPÁ

Numa revisão teórico-conceitual e nos remetendo ao *tipo* amapaense, podemos explicitar dizendo que, dos *tipos ideais* de Weber em que se assenta SBH, ora, não há o ‘trabalhador e o aventureiro’ em sua forma pura. Mas há uma idealização desses tipos de características e padrões culturais que, por circunstâncias históricas, exerceram influências (e ainda influenciam) ao estabelecerem convívio e relações com as demais raças (negros e índios) num longo processo adaptativo envolvido de elementos mesológicas e climatéricos que mais se complementam do que se chocam, diferenciam e/ou se particularizam. Engendra-se daí, então esse ‘jeito’ de homem brasileiro com:

[...] pouca disposição para o trabalho, ao menos para o trabalho sem compensação próxima, essa indolência, como diz Deão Inge, não sendo evidentemente um estímulo às ações aventureiras, não deixa de constituir, com notável frequência, o aspecto negativo do ânimo que gera as grandes empresas. [...] E essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica de gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura? (HOLANDA, 1995, p. 46).

A citação, acima, ilustra e suscita mais um aspecto do debate e incita-nos a expor o confronto entre o padrão comportamental do homem brasileiro-amapaense com o perfil de um comportamento empreendedor. Porém, é em tempo lembrar que para Weber (2001) a “ação” é uma conduta humana, (interna ou externa/ condicionada ou permitida) e, “ação social” é aquela ação permeada de sentido, pra seu(s) sujeito(s) – sentido existente a partir da conduta de “outros” (WEBER, 2001, p. 103). Isso significa que a cultura é um fator relevante para se entender a atitude empreendedora.

O conceito de empreendedor trazido para esta análise está próximo e ligado a questão do desenvolvimento e de estratégias de inovações defendidos por Schumpe-

²²Se refere ao mês de junho de 2016.

ter²³ que bebeu na fonte de Weber e, se opondo a Teoria Econômica, trabalhou uma dimensão fundamental da ação empreendedora que é: resistência e conflito institucional frente à dinâmica das mudanças da atualidade. Assim Schumpeter se afasta da definição de empreendedorismo como sendo apenas pioneirismo e inovação. Segundo Martes (2010, p. 256): “Schumpeter é bem-sucedido na explicação de mudanças radicais. E isso, conforme veremos, só é possível porque seu conceito de empreendedor está fortemente baseado em uma teoria da ação que, segundo acreditamos, é de cunho weberiano”. Para ilustrar o raciocínio no qual chegamos até aqui, comparamos a figura de um empreendedor em apenas três de suas características, escolhidas com base nas três dimensões da ação empreendedora - que são ‘estilo criativo’, ‘*expertise*’ e ‘base social’ - com os *tipos* de *Raízes do Brasil*. Nestes últimos situamos o perfil do amapaense, lembrando que para fins deste trabalho os *tipos* de *Raízes do Brasil* estão relacionados ao homem brasileiro-amapaense, seja ele fazedor ou produtor cultural. Assim:

1) Nos *tipos* do homem de *Raízes do Brasil*, não pudemos reconhecer a *proatividade* (aspecto ligado ao ‘estilo criativo’ e a ‘base social’) – ação tão requisitada a um perfil empreendedor do século XX – pois aquele *tipo* traz impresso as marcas da resistência das instituições tradicionais de base essencialmente agrária contra a mecanização e a industrialização. Conceber *proatividade*, aqui, é entendê-la como atitude ou comportamento que não mede esforços, utilizando e movimentando todos os recursos possíveis (e dizemos empreendedores, até impossíveis) para a obtenção de uma meta – isto está relacionado ao trabalho incansável, físico e/ou intelectual de alguém com o comportamento²⁴ empreendedor.

A concepção de empreender em Schumpeter, segundo Martes (2010, p. 260) é:

[...] inovar a ponto de criar condições para uma radical transformação de um determinado setor, ramo de atividade, território, onde o empreendedor atua: novo ciclo de crescimento, capaz de promover uma ruptura no fluxo econômico contínuo, tal como descrito pela teoria econômica neoclássica. [...] Empreender é exercer uma função e não, portanto, uma condição peregrina — nem para indivíduos, nem para coletividades.

²³“Joseph Alois Schumpeter [...] Foi um importante economista e cientista político. Dentre os conceitos desenvolvidos por ele, e que influenciaram muito a visão econômica da época, um dos principais foi: a ideia de que para que a economia saia de um estado de equilíbrio e comece a se expandir é necessário um ato empreendedor que traga alguma inovação ao mercado” (Portal de Empreendedorismo). Ou ainda, pode-se entender inovação como “introdução de novos recursos ou pela combinação diferenciada dos recursos produtivos já existentes. Em sua teoria do desenvolvimento, o autor distingue o ‘capitalista’ do *entrepreneur* (traduzido como empresário): ‘Mas, qualquer que seja o tipo, alguém só é um empreendedor quando efetivamente levar a cabo novas combinações, e perde esse caráter assim que tiver montado o seu negócio, quando dedicar-se a dirigi-lo, como outras pessoas dirigem seus negócios’” (SCHUMPETER, 1982, p. 56) (Disponível em: <<https://ebtbrasil.wordpress.com/2010/06/19/empreendedorismo-e-inovacao-por-schumpeter/>> Acesso em: 29 mar. 2016).

²⁴Preferimos não utilizar o termo ‘espírito’, e sim ‘comportamento’ para, propositalmente, não suscitar o aprofundamento do debate – pois é aspecto crucial na teoria weberiana, mas não seria possível aprofundarmos aqui, por questões de delimitações de laudas.

A ação humana de proatividade (atitude típica do empreendedor) tem sentido contrário à reatividade (atitude típica do funcionário/gestor público tradicional) e, enquanto 'ação social' empreendedora somente terá a probabilidade de ser uma ação proativa (empreendedora) efetiva se, acaso, encontrar sentido, significado e representação nos "outros"; ou seja, se for algo que faça sentido para a coletividade, num grupo, numa comunidade ou, na sociedade. Como esse comportamento não faz o 'feitio' do homem brasileiro-amapaense ou, não tem a legitimidade enquanto 'ação social' porque não encontra sentido nos "outros", então, nestas condições, a atitude empreendedora do amapaense inexistente, pelo menos no sentido do *tipo ideal*²⁵.

Para explicar um pouco mais a ausência de *proatividade* no homem amapaense, tomamos por apoio a ideia de que a ação empreendedora faz uma ruptura com a estabilidade (BOA NOVA; MACEDO, 2009; 2009a apud SOUZA; PAIVA Jr., 2012, p.32) e, percebemos que, se o amapaense (fazedor, produtor) se encontra ainda atrelado direta ou indiretamente a relações do passado (compadrio, caudilhismo e outras), obviamente não se constitui um empreendedor, pois a ação de empreender se orienta eticamente pela necessidade de modificar um ambiente ou estado de coisas, sempre pensado na satisfação dos envolvidos (do outro), e desse modo se move num processo dialógico e de servir que, segundo Souza E Paiva Jr. (2012, p.32) "se volta para efetivar mudanças socioculturais e econômicas com acesso às práticas inovadoras, de maneira a quebrar comportamentos obsoletos e antiéticos". Nessa perspectiva, descarta-se a primeira possibilidade de reconhecimento de perfil empreendedor (de quem cria sua base social) no amapaense.

2) A *visão de futuro* (ligado a '*expertise*'), outra característica da pessoa empreendedora, não encontra sustentação no perfil do fazedor ou do produtor de cultura que privilegia regalias (pessoais, seletividade para recepção de benefícios e critérios circunstanciais) como práticas e se acomoda a uma política de privilégios. Devine (2002, p. 442 apud Martes, 2010, p. 266, grifo nosso) ao tratar do *tipo* (weberiano) empreendedor de 'ação efetiva', esclarece: "O líder empreendedor é um tipo aventureiro"²⁶ e carismático, características estas que são reconhecidas por vários autores". E Martes (2010, p. 266, grifo nosso) complementa:

Também por ser carismático, ele é capaz de subverter a ordem, desafiar instituições, liderar processos de mudança. Como todo líder a quem se atribui algum tipo de carisma, ele é [sic] consegue arregimentar seguidores com base no afeto e num discurso **arreatador e visionário**.

Em ambos os autores, Devine e Martes as citações as quais definem um visionário,

²⁵ Pois, não podemos nos esquecer, contudo, de que este homem singular, o empreendedor, é para Weber, um tipo social distinto do burguês (que apenas age orientado pelo lucro, explora, usurpa etc), pois o empreendedor é portador de uma ética e esta é, sobretudo, diferente, e por vezes oposta, àquela que até então caracterizara as sociedades e a ações econômicas pré-capitalistas. (MARTES, 2010, p. 258).

²⁶ Aventureiro, mas não do *tipo* do homem *cordial* de *Raízes do Brasil*.

podem até parecer-se ou fazer lembrar o tipo ‘aventureiro’ de *Raízes do Brasil*, mas, não são do mesmo *tipo* e, explicamos a seguir, como eles se constituem *tipos* diferentes. Ainda quanto ao ‘carisma’, esse é para Weber não um dom que o líder possui (um atributo pessoal inato), mas é uma atribuição social, uma relação social na qual o analista/investigador/pesquisador, na sua função, tem que tentar compreender as condições e o porquê desta crença, investigando a relação liderança/liderados (no nosso caso, fazedores e produtores culturais).

À luz do tipo ideal, aquele primeiro (o empreendedor) toma atitudes pensadas, planejadas e as executa até atingir sua meta e, não age por simples capricho próprio. Como Dantas (2003, p. 60) reafirma em tese, ‘visão’, para Fillion (apud Dolabela, 1999, p. 76) “é uma imagem, projetada no futuro, do lugar que se quer ver ocupado pelos seus produtos [...], assim como a imagem projetada do tipo de organização necessária para consegui-lo”. Enquanto que para o segundo (o aventureiro) a lógica motivacional é: “ideal será colher o fruto sem plantar a árvore” (HOLANDA, 1995, p. 44). O aspecto da visão de futuro se fundamenta nas experiências vividas e acumuladas que podem ser tidas como acervo de conhecimento (BERGER E LUCKMAN, 2008 apud SOUZA; PAIVA JR., 2012, p. 33).

3) *Correr risco calculado* (está na dimensão do ‘estilo criativo’ e da ‘interação social’), a qual todo empreendedor é vassalo, pressupõe prospecção e isto requer uma concentração de esforços em pesquisa, estudo, desenvolvimento de estratégias e outros — e isto faz do empreendedor alguém motivado pelo conhecimento de sua área de atuação, consciente, cuidadoso e preocupado com o seu ambiente e habitat, pois é ali que ele se desenvolve e opera mudanças e, quando sua ‘ação’ individual se encontra em plena direção à conduta de outros (pessoas do ambiente, da coletividade...) essa se constitui uma ‘ação social’ que acaba por otimizar oportunidades.

Quando nos referimos à terminologia “correr risco” estamos trazendo à discussão o significado, grosso modo, do mutável, da transformação e todo um sentido daquilo que não é fixo, não é estável e preciso; portanto a lógica é que onde não há estabilidade, há risco. Porém, na bibliografia que estuda o mundo empreendedor, esse risco não é um desvario ou desatino sem teor. É, sim, um ‘risco calculado’.

Daí que ‘correr risco calculado’, conforme Martes (2010, p. 262):

uma vez que aquilo que é realmente “novo é apenas o fruto da nossa imaginação” (Schumpeter, 1985, p. 60), riscos e incertezas fazem com que o empreendedor encontre-se nas mãos de sua própria intuição (penso que este termo é usado de modo intercambiável com antevisão, usado pelo autor). Tamanhas dificuldades, exigem [sic] esforços extras. Alcançar uma profunda compreensão intelectual sobre a realidade em que atua é a primeira grande tarefa do empreendedor; pois vê-se impossibilitado de tomar por base a “tradição cultural” e nem sequer possui “posição a recorrer” (termos empregados pelo próprio Schumpeter, 1985, p. 63).

Isso é bem diferente do *tipo* brasileiro e suas ‘cordialidades’ e do padrão encon-

trado no amapaense *tipo* ‘funcionário público’ (produtor), o qual preza por “uma vida [...] exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação” (HOLANDA, 1995, p. 38). No mundo corrente, caracterizado por um tipo de desemprego estrutural, observa-se, de maneira crescente, a presença, também marcante, de um tipo de empreendedor movido, não necessariamente pela ‘oportunidade’, e, sim, pela ‘necessidade’ de sobrevivência. Isto é revelador porque nos responde a duas questões conexas ao tema e ao intuito de descobrir qualquer similaridade (ou divergência) entre esse homem brasileiro-amapaense de *Raízes do Brasil* e, nele, o perfil empreendedor capaz de intervir (por ele e pela comunidade em que é parte) e levar a cabo um processo de desenvolvimento local ao Amapá.

A primeira questão se relaciona a motivação de empreender que se revelou até aqui, como uma necessidade de sobrevivência – e este fato descarta então a possibilidade do brasileiro ser empreendedor no sentido de ser motivado pelas oportunidades –, pois isto não é empreender na visão schumpeteriana (na qual estamos, conceitualmente, desenvolvendo este raciocínio e que se opõe a teoria econômica neoclássica) defensora do equilíbrio geral da ideia de desenvolvimento²⁷, por via da categoria do empreendedor. Para Schumpeter o empreendedor é um elemento que processa discontinuidades no sistema, promovendo rupturas com o que está posto e depressão de hábitos antigos e, assim promovendo, num estado de resiliência é engendrado e recomposto o processo de desenvolvimento, agora, em outro nível, contribuindo assim enquanto elemento importante ao desenvolvimento do local onde se insere.

E a segunda questão respondida, nos reafirma, em correspondência ao *tipo ideal* de *Raízes do Brasil*, a ideia de que o homem brasileiro — em oposição aos protestantes nórdicos, especialmente calvinistas, embebidos da ética protestante —, não está para o perfil empreendedor nas mesmas proporções que seu desejo imediatista e oportunista é real e tipificado de se beneficiar de resultados satisfatórios advindos de ações empreendedoras. Isto se reflete no comportamento da vida pública que se manifesta na maneira de agir ao fazer política. Atentemos, então, para essa inadequação de políticas e programas, pois nela encontraremos valores que norteiam a vida pessoal no âmbito da esfera pública.

No âmbito institucional e das políticas públicas a questão da incapacidade das políticas públicas não satisfazerem minimamente a sociedade não ocorre apenas porque o setor público é incapaz de orquestrar, tecnicamente, as demandas sociais contemplando-as numa política participativa de governo. Fundamental é que atentemos pa-

²⁷ “No livro *O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico* Schumpeter faz uso da categoria empreendedor, para mostrar os limites da teoria econômica neoclássica, especialmente sua incapacidade para incorporar e a análise o fenômeno do desenvolvimento. A teoria do equilíbrio geral não incorpora a discontinuidade: ‘O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais do que um modo de tratar este fenômeno e os processos a ele inerentes’ (Schumpeter, 1985, p. 47)” (MARTES, 2010, p. 255).

ra essa nossa herança ibérica que se diferencia de outros povos e nos deixa como legado “certa incapacidade, que diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal” (HOLANDA, 1995. p. 137) e, assim estão manifestas nas relações sociais institucionalizadas na esfera da gestão pública do Amapá que, do ponto de vista da ética dos gestores, há sempre um apadrinhamento político comandando o percurso dos projetos culturais individuais e mesmo os associativos, por quaisquer fins, que estejam protocolados no órgão responsável. Contrariando tal atitude, a impessoalidade é imperiosa na garantia da racionalidade do processo decisório. Para elucidar a afirmativa, a seguir, uma transcrição de um trecho de Peter Blau (1918-2002) sobre o assunto: “Apesar da instrução profissional e das normas oficiais, fortes sentimentos ou tendências pessoais podem interferir na tomada racional de decisões. Daí que a **impessoalidade** tenha a função de impedir a intrusão de tais fatores nas decisões oficiais” (Peter Blau, apud OLIVEIRA, 1970, p. 53, grifo é do original). Ora numa sociedade de culto ao personalismo, onde predominam relações pessoais na diretiva pública e, avessa a todo o tipo de racionalização, além de aversiva a todo intento de despersonalização, não é de se admirar que estejamos diante de uma sociedade tradicionalista.

Desse modo, o tradicionalismo brasileiro pode ser observado nas raízes ibéricas a partir do personalismo, do domínio agrário, do patriarcalismo, os quais fornecem subsídios para se explicar a difícil adaptação da sociedade brasileira ao princípio do Estado democrático, e os obstáculos na formação de um aparelhamento burocrático no país, resultando no domínio pessoal – doméstico – sobre o impessoal – público – criador do tão conhecido “homem cordial” (HOLANDA, 1936, p. 89 apud BARTZ, 2010, p. 283).

Onde há base tradicional, não há perspectiva de empreendedorismo do tipo schumpeteriano o qual prevê a inovação. Enquanto o mundo todo apontou para um caminho de maior racionalização das relações sociais, a herança ibérica nos manteve intocáveis e,

Assim sendo, o desenvolvimento aparente da urbanização não é satisfatório para enraizar determinadas transformações, indispensáveis à constituição de um Estado democrático. A indistinção entre os domínios do público e do privado na sociedade brasileira comprometeriam a modernização do país. Tornando o ambiente à sua volta domínio seu, as elites rurais, a partir das relações domésticas, mesmo na cidade, tornaram todos à sua volta uma grande família, valendo para os filhos, os agregados, afilhados e para seus protegidos. No entanto, o que mais preocupa Holanda é a extensão desse poder para o domínio público (BARTZ, 2010, p. 283).

Nota-se que o empenho por construir uma sociedade com instituições modernizadas e em moldes democráticos ainda permanece comprometido pelas heranças ibéricas. Não obstante a preocupação de SBH, na citação acima, é o que se presencia ain-

da em nossos dias como herança, em maior ou menor grau.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anterior a toda explicação de ordem política e econômica, atual, há uma explicação histórica, assentada numa vivência, comprovadamente pesquisada e exposta em *Raízes do Brasil*, que nos mostrou uma cultura, uma mentalidade, um jeito de ser e de fazer a vida acontecer, seja no âmbito privado ou público. Uma explicação que somente foi possível, segundo Monteiro (2006 apud BARTZ, 2010, p. 277), graças à influência weberiana de SBH que, dela se utilizou em suas categorias para estudar “uma sociedade ‘não-europeia, não-protestante, objeto e não sujeito do imperialismo’ – dentro do capitalismo mundial”. (MACHADO, 2008, p. 156-57 apud BARTZ, 2010, p. 278).

Assim, *Raízes do Brasil* acaba sendo a expressão dessa necessidade de apreender a realidade social brasileira a partir de seu desenvolvimento histórico. É também a possibilidade de aprender, no exercício cognitivo da análise de SBH, mais sobre a teoria de Weber e sua ação do *tipo ideal*. Aqui aportou o motivo que justificou a nossa escolha de analisar, sociologicamente, o comportamento dos ‘fazedores’ e ‘produtores’ da política cultural que, mesmo já no século XXI, ainda não deixam de expressar toda a ‘cordialidade’ do homem brasileiro. A partir disso, podemos entender que os males que nos afligem, ainda hoje, no âmbito pessoal ou institucional das políticas públicas vem de nossa constituição social originária.

Portanto, ousamos adiantar que se o empreendedorismo social é onde se processa o comportamento e/ou atitude que faz a “ação social” de Weber acontecer, a dificuldade em empreender do brasileiro ganha uma explicação condizente com sua própria formação histórico-social. Desse modo, nos resta supor que o brasileiro-amapaense não tem a condição que o perfil empreendedor define. Por outro lado, se essa “ação” é de cunho comportamental, é passível de ser mudada via formação – no sentido de habilidade, conhecimento e, sobretudo, pelo exercício da prática, da vivência - e, assim aprender a empreender seria uma possibilidade de instrumentalizar os fazedores e produtores culturais para a dinâmica da realidade, da vida pessoal e pública. Esta é somente uma das várias possibilidades que merecem ser aprofundadas nas investigações dos *tipos* que permanecem no Brasil e no Amapá.

REFERÊNCIAS

BARTZ, Alessandro. Entre o tradicional e o moderno em *Raízes do Brasil*: contrapontos à “ética protestante” na interpretação do Brasil. **Revista Inter-Legere**, n.6, Jan-jun, p. 274-299, 2010.

BOSE, Monica. **Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local**. 2013. 182 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Adminis-

tração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, Raphael Guilherme de. **Um “estudo compreensivo”**: historicidade em Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda. 2013. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CASAQUI, Wender. Questões metodológicas para o estudo de vidas narrativizadas: aplicação as narrativas de empreendedores sociais. **Revista Famecos**– mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 866-883, set/dez 2013.

CAVALCANTE JÚNIOR, Ildemar G; SILVA, Maria do R. de F. V. da; COSTA, Rozane da S. A história cultural de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda e os novos rumos da historiografia brasileira. **Revista F@pciência**, Apucarana-PR, v. 6, n. 6, p. 47-54, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DANTAS, Fátima L. C. Guedes. **Empreendedorismo ou subsistência na floresta?** O caso do Iratapuru/COMARU no Amapá. 2003. 172 f. Dissertação (Mestrado em Política Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS/UnB, Brasília, 2003.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**: a metodologia do ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. O processo empreendedor. In: **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócio. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. cap. 2, p. 7-45.

DOWBOR, Ladislau. Descentralização e meio ambiente. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. p. 103-112.

DURKHEIM, E. Durkheim. In.: CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes. **Introdução ao Pensamento Sociológico**: Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e TalcotParsons. São Paulo: Centauro, 2001.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio Pereira. Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: LEITE, S. (coord.), FLEXOR, G.; MEDEIROS, L.; DELGADO, N.G.; MALUF, R. **Avaliando a gestão de políticas agrícolas no Brasil**: uma ênfase no papel dos policymakers. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ – CNPq, 2006. p. 1-22.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), p. 254-270, abr-jun/2010.

MONTALI, Lilia. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, 17(2): 123-135 2003.

NEDER, Ricardo Toledo. **Crise socioambiental: Estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. Comportamento social e trabalhista - relatório geral de observação: A ICOMI no Amapá. **Observatório Social**. Ponta das Canas/Florianópolis-SC, março de 2003.

OLIVEIRA, Gercina Alves de. A Burocracia Weberiana e a Administração Federal Brasileira. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 4 (2): 47-74, jul./dez. 1970.

OZOWSKI, Cecília Irene. Cultura. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2.ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.99-100.

PAULA, Juarez. **Desenvolvimento & Gestão Compartilhada**, 2005.

RIBEIRO, L. C. Cordialidade e civilização: a configuração civilizacional brasileira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: 8o Simpósio Processo Civilizador, História e Educação. **Anais do 8º Simpósio Processo Civilizador, História e Educação**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2004. v. 1.

RELATÓRIO DO PROJETO EMPREENDEDORISMO CULTURAL. Consultoria SEBRAE/AP. Macapá, de 05 de janeiro de 2005.

PORTAL DE EMPREENDEDORISMO. Joseph Alois Scumpeter. In: **PORTAL DE EMPREENDEDORISMO LATEC/UFRJ**. Disponível em: <http://www.latec.ufrj.br/portalempreendedorismo/index.php?option=com_content&view=article&id=130:joseph-schumpeter&Itemid=62>. Acesso em 29 mar. 2016).

SILVA, José Maria. Encontro dos tambores: performance ritual e discurso racial. **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, de 03 a 06 de agosto de 2014. Natal-RN, 2014.

SILVEIRA, Eder. Considerações sobre O Homem Cordial, de Sérgio Buarque de Holanda e A Teoria do Medalhão, de Machado de Assis. **Revista Urutúgua**, Ano I, n. 02, Julho de 2001, Bimestral, Maringá/PR.

SOUZA, Eda Castro Lucas de. Uma nova maneira de refletir os conceitos de cultura, empreendedorismo e inovação: uma metodologia de vida. **XXXII Encontro da ANPAD – EnANPAD**, Rio de Janeiro, 6-10 de setembro de 2008.

SOUZA, Jefferson Lindbergh de; PAIVA JR, Fernando Gomes de. **Empreendendo no setor público: a dinâmica da Fundação Joaquim Nabuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2012. 140 p.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2011, v. 26, n. 76. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo.

WEBER, Max. Weber. In: CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes (orgs.). **Introdução ao Pensamento Sociológico**: Emile Durkheim; Max Weber, Karl Marx e Talcot Parsons. São Paulo: Centauro, 2001.

Artigo recebido em 22 de julho de 2016.

Aprovado em 27 de julho de 2017.